

GALLINO, Luciano.

L'impresa irresponsabile.

Torino: Ed. Gli Struzzi Einaudi, 2005. 271 p.

Por Gian Mario Giuliani ⁽¹⁾

Sabemos que as empresas que se autodenominam "responsáveis" representam uma muito reduzida minoria no contexto do universo empresarial. Em geral, esta autodenominação se restringe às empresas de maior porte, às que têm alta capacidade de investimento em inovação tecnológica e atuam em mercados internacionais. Devido a essas características e à reconhecida influência que exercem no mundo dos negócios, os discursos da "responsabilidade social das empresas" (RSE) por elas difundidos têm certo poder de sedução, de tal forma que o lema é discutido em todos os países e apreciado das formas mais diversas. Em nossos trabalhos sobre a responsabilidade social e ambiental corporativa no Brasil,¹ já temos expressado dúvidas a respeito do potencial do lema da RSE como sendo eficaz em direcionar o comportamento das empresas para o respeito às leis, aos princípios éticos e à qualidade do trabalho. Já nos perguntávamos se os propósitos da RSE conseguiriam combinar a vital necessidade de lucro das empresas com a satisfação das necessidades da população e o respeito do meio ambiente. A RSE teria, a nosso ver, duas graves limitações que qualificam sua natureza como

⁽¹⁾ Doutor em Sociologie Rural pela Université de Paris X, Nanterre, com mestrado em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ. Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-IFCS).

¹ CAPPELLIN, P. & GIULIANI, G.M. "Os Herdeiros: estudo de caso das empresas de porte médio da região serrana do estado do Rio de Janeiro", In: KIRSCHNER, A.M. & GOMES, E. *Empresa, empresário e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999; CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G.M.; MOREL, R. & Pessanha, E. "Organizações empresariais em face da responsabilidade social das empresas no Brasil", In: TRIBURCIO SILVA, C.E. & SOUZA FREIRE, F. *Balço social: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Atlas, 2001; CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G.M.; MOREL, R. & PESSANHA, E. "As organizações empresariais Brasileiras e a Responsabilidade Social", In: KIRSCHNER, A.M., CAPPELLIN, P. & GOMES, E.), *Empresa, empresário e globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2002; CAPPELLIN, P. & GIULIANI, G.M. "The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil: Social and Environmental Dimensions", In: United Nations Research Institute for Social Development, *Technology, business and society*. Genève, outubro 2004. (Versão em português no site www.ibase.org.br ; CAPPELLIN, P. & GIULIANI, G.M. "Práticas privadas de bem-estar. Uma face da solidariedade", In: DELGADO, I.; GROS, D.; CAPPELLIN, P. & e DULCI, O. (2005) *Empresa e grupos empresariais*. Atores sociais em transformação. Juiz de Fora: Editora da Universidade de Juiz de Fora, p. 63-92.

mais ideológica que prática. De um lado, cria uma expectativa de solução dos problemas globais, quando na verdade as ações permanecem restritas setorialmente e contidas no curto prazo. De outro, sua positividade é assumida *a priori*, quando deveria ser sustentada *a posteriori*, após estudos capazes de demonstrar efetivos avanços sociais e ambientais proporcionados, no nível geral, pelas iniciativas empresariais. O que, de fato, temos encontrado mais frequentemente são estudos pontuais sobre as iniciativas e os programas de responsabilidade social e ambiental das empresas proativas nesse campo, sendo que pouco se sabe sobre os efeitos dos mesmos. As próprias empresas, aliás, parecem interessadas mais na divulgação dos seus programas que nos resultados dos mesmos. Os debates continuam, mas o confronto entre os cétricos e os que confiam no potencial transformador da RSE perdeu parte de sua intensidade, devido seja a efeitos do *wishful thinking*, seja à dificuldade de identificar alternativas mais contundentes para enfrentar aquilo que de fato parece ser a condição operativa normal da empresa, isto é, a "irresponsabilidade social e ambiental".

O sociólogo italiano Luciano Gallino² tem entrado no debate desferindo um ataque direto ao coração da RSE. Nas 271 páginas de sua obra *L'impresa irresponsabile*, rica em dados e casos emblemáticos, quer mostrar como as empresas mais irresponsáveis são justamente aquelas que ostentam sua responsabilidade social e ambiental, logo, as maiores empresas. Para o autor, é justamente no reino das grandes empresas que acontecem os maiores escândalos societários e financeiros; que se acentua a erosão dos direitos dos trabalhadores; que se submetem os funcionários nas filiais no exterior a péssimas condições de trabalho; que se precariza o mercado de trabalho; que aumenta vertiginosamente a desigualdade de renda entre trabalhadores e dirigentes; que se constroem plantas industriais perigosas; que se transferem indústrias em países com mão-de-obra mais barata desempregando, de repente e sem pré-aviso, milhares de trabalhadores; que se polui em grande escala ar, água e solo; que se força a

² Luciano Gallino, professor emérito da Universidade de Torino, é um dos maiores sociólogos italianos. Em seus estudos dedicou-se aos problemas epistemológicos das Ciências Sociais e à Sociologia Econômica e do trabalho. Entre suas obras mais recentes estão: *Globalizzazione e disuguaglianze* (Ed. Laterza, 2000) e o *Manuale di Sociologia* (Ed. Utet, 1997).

produção de alimentos transgênicos e que se desqualifica o princípio de precaução. Após expor uma ampla lista de casos de grandes empresas que cometeram fraudes financeiras, falsificações dos recursos a serem explorados ou de seus produtos fabricados, o autor registra a coincidência, ocorrida nos anos 1990 - 2005, entre o aumento de denúncias e de processos movidos contra grandes empresas e a crescente difusão dos discursos sobre a RSE. Buscando dar um sentido a esta coincidência, Gallino formula algumas hipóteses que levam em consideração os diversos setores e atores sociais envolvidos.

Hipótese 1) Pesquisadores e agentes institucionais há tempo sabiam das condutas irresponsáveis adotadas pelas empresas e formularam os discursos sobre a RSE para sensibilizar a opinião pública, juristas e políticos para que intervissem com medidas corretoras.

Hipótese 2) Conscientes de sua irresponsabilidade, as empresas estavam tentando operações de *marketing* para melhorar sua imagem.

Hipótese 3) Algumas empresas adotaram práticas de responsabilidade social no intuito de se distinguir do próprio passado ou de seus pares, provocando, todavia, uma perda de confiança entre os pequenos investidores.

Hipótese 4) Na tentativa de limitar os freqüentes escândalos societários, os organismos internacionais, como a OECD e a Comissão Européia, foram levados a elaborar diretrizes e códigos de comportamento para as empresas.

Hipótese 5) A difusão do discurso da RSE parece não ter surtido algum efeito sobre o comportamento real das empresas, sendo alimentado somente por aqueles que se preocupam com a irresponsabilidade.

O conjunto dessas hipóteses leva o autor a pensar que o comportamento irresponsável da empresa não decorre de uma particular "inclinação ao mal" pelas pessoas que a dirigem (mesmo que possam existir casos desse tipo), mas este seria "...o resultado de um modelo estrutural, por certos aspectos cientificamente construído, de governo da empresa...", exercido em dois âmbitos: na gestão das atividades industriais e financeiras e na externalização dos custos sociais, humanos e ambientais. A estrutura do chamado "governo da empresa" (bem conhecida no nível teórico pela *corporate governance*, mas ainda bastante obscura em suas dinâmicas concretas) funda-se em uma articulação bastante complexa da distri-

buição do poder de decisão entre os acionistas (ou "proprietários" quando a maioria das ações está nas mãos de uma família), os dirigentes administrativos (*managers*) e os dirigentes operativos (técnicos). Tal estrutura teria sofrido, a partir da década de 1990, uma substantiva transformação, que Gallino explica da seguinte maneira: A empresa é uma instituição historicamente criada para realizar lucro, vale dizer, o excedente entre o que foi gasto para produzir os bens ou os serviços e o que se ganhou da venda dos mesmos. O que interessa ao capitalista é a proporção entre a quantidade de lucro obtido e a quantidade de capital adiantado, isto é, a taxa de lucro. O autor mostra uma série de dados que apontam para uma considerável queda desta taxa nos países industrializados entre as décadas de 1960 e de 1980. Tal fenômeno dever-se-ia ao esgotamento das bases tecnológicas e econômicas do modo de produção fordista, fundado na produção de bens através do uso intensivo de capital e trabalho. Nos anos 1980, as insistentes tentativas de reconduzir a taxa de lucro aos níveis anteriores, teriam levado os capitalistas norte-americanos e europeus àquela série de medidas que bem conhecemos: redução do custo do trabalho, aumento dos preços dos bens e serviços mais rápido que dos salários, ataque aos sindicatos, deslocalização das empresas, flexibilização do mercado de trabalho. Estes meios, no entanto, não poderiam surtir os efeitos desejados sem que a capacidade produtiva fosse também reduzida, isto é, sem que muitas empresas saíssem do setor manufatureiro. Mas, como estas não se dispunham a dar tal passo, cogitou-se uma nova forma de aumentar a rentabilidade do capital:

... bastava conceber a empresa não mais como uma instituição que cria lucro produzindo bens e serviços, e sim como uma entidade capaz de aumentar o capital, (medido pelo valor da Bolsa), através de variadas modalidades, entre as quais também produzir bens e serviços.

Desta forma o lucro não seria mais o excedente entre custos e receitas da produção, mas corresponderia à variação do valor das ações na bolsa calculado entre "hoje" e "amanhã". Nos anos de 1990, o paradigma da "maximização do valor da

¹ Mestranda em Serviço Social da PUC-Rio.

empresa" tornou-se dominante no mundo, graças à regência dos grandes proprietários, de seus consultores e de seus dirigentes. Os pequenos investidores aderiram a esta nova fórmula vendo nela a possibilidade de multiplicar rapidamente suas poupanças, enquanto os grandes, nela encontravam uma resposta eficaz à queda da taxa de lucro anterior aos anos de 1980. Esta nova forma de criar lucro, entretanto, só poderia se tornar sustentável agindo sobre o "governo da empresa", e assim se fez. As grandes empresas passaram a complementar os altíssimos salários de seus dirigentes com pacotes de ações incentivando-os a uma corrida para a busca da mais rápida valorização da empresa. É nesta nova forma de "governo da empresa" que também começa a correr solta a "irresponsabilidade": na divisão e na fusão de empresas, na inchação e falsificação dos balanços, na externalização de parte de suas atividades e de seus funcionários para "empresas de fachada" destinadas a desaparecer em tempos breves.

No decorrer dos anos 1990, o capital circulante no mercado secundário, o mercado das ações existentes, tornou-se muito maior que o que circulava no mercado primário, o das ações emitidas *ex novo*, mostrando como a maior parte dos investimentos destinava-se ao aumento do valor da empresa e não à capacidade produtiva da mesma. Os efeitos perversos não tardaram em aparecer. Em primeiro lugar, caso alguma prática ilegal ou danosa da empresa fosse denunciada, seus dirigentes ou até o Conselho de Administração, deveriam ser responsabilizados. Mas isto não chega a acontecer, já que o novo "governo da empresa" é exercido no âmbito de uma complicada rede de participação cruzada de capital, de uma pirâmide de controle societário e de agrupações de sociedades em diferentes países, onde a "responsabilidade" dos danos encontra-se muito bem escondida em um intrincado labirinto. Em segundo lugar, se durante aquela década, o mercado havia criado valor, o período posterior viveu uma seríssima crise que provocou uma enorme destruição de valor, ocorrida principalmente de duas maneiras: com quedas abruptas dos títulos acionários e com empresas contraindo dívidas sem depois conseguir honrá-las e indo à falência. Superada a crise, quando os títulos voltaram a crescer, somente os maiores acionistas (que puderam resistir) têm conseguido recuperar as perdas, enquanto os pequenos acabaram perdendo todas suas poupanças.

Graças ao paradigma da maximização do valor da empresa, realizava-se uma grande transferência de renda dos pequenos poupadores para os grandes grupos empresariais. É verdade que nesse processo vieram à luz numerosos escândalos seguidos de processos e punições, mas também tornou-se evidente que as manobras financeiras ilícitas, assim como a maioria dos comportamentos irresponsáveis, eram simples excessos de práticas consideradas normais para o bom funcionamento da empresa.

Esta nova forma de lucrar funda-se em pesados custos sociais: a segurança da empresa é garantida pela insegurança dos trabalhadores precários; as vantagens na bolsa estão sempre ligadas à redução massiva de funcionários; as eventuais dificuldades em conseguir uma conveniente desregulação do mercado de trabalho são afrontadas com a ameaça de deslocalização da empresa.

O capitalismo teria assim perdido o espírito social do qual sempre se vangloriou, o que também pode ser visto pelo tipo de relações insustentáveis que mantém com o meio ambiente. Gallino ilustra tal afirmação com a resposta dada por Gandhi a um jornalista que, em 1946, perguntava-lhe se a Índia, finalmente independente, seguiria o mesmo caminho do desenvolvimento da Inglaterra. Gandhi replicou com uma nova e emblemática pergunta: "se para o desenvolvimento da pequena Inglaterra foi necessário meio mundo, de quantos mundos a Índia necessitaria?"

Para Gallino, no plano ecológico, o atual modo de produção capitalista gerou o desenvolvimento sustentável para um quinto da população mundial, graças a seu poder de consumir as terras, a água e o ar que pertenciam aos outros quatro quintos. No fundo desta irracionalidade ecológica estaria a cultura econômica e a metodologia contábil das empresas que ainda hoje, depois de dois séculos, não atribuem algum valor aos serviços que a biosfera fornece à economia.

Pode-se deduzir que a maioria das empresas, se tivesse que assumir os custos sociais e ambientais que ela própria produz, provavelmente iria encerrar suas atividades em poucos meses. Mas, as empresas não são as únicas responsáveis por sua irresponsabilidade. Os Estados dos grandes países industrializados muito contribuíram para que este novo "governo da empresa" pudesse vingar. Foi graças ao poder público que puderam efetivar-se medidas como a liberalização

do movimento dos capitais, a introdução de leis que desregulam o mercado de trabalho de modo a transformá-lo em uma selva de classificações que desfiguram as organizações dos trabalhadores, e pôde-se proceder à privatização das empresas de serviços públicos e dos próprios bens públicos.

Segundo o autor o lema da "RSE" se difunde pela exigência de encontrar soluções práticas aos problemas da globalização e do novo governo da empresa. Através deste lema, muitas organizações das Nações Unidas e de importantes ONGs vêm buscando princípios e formas práticas de frear a irresponsabilidade das empresas. O resultado mais visível é que a RSE tem se tornado uma verdadeira "indústria", com institutos de estudos especializados, escritórios de consultoria, consórcios, *network*, etc., os quais oferecem às empresas todo tipo de serviços nesse campo de ação. Outros resultados são: a expansão da área dos "investimentos socialmente responsáveis"; a proliferação de específicas "cartas de princípios" ou "códigos" de comportamento ético e ambiental propostos pelas organizações internacionais; a elaboração do documento "Normas sobre os direitos econômicos, sociais e culturais", divulgado em 2003 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Gallino não acredita que, apesar do empenho ostentado pelas empresas e os organismos internacionais, todos os bons propósitos da RSE consigam impor-se ao paradigma da "criação de valor". Reavalia, portanto, uma série de críticas dirigidas à RSE provenientes de diferentes posições político-ideológicas. Uma demonstração da infecundidade da RSE viria do próprio pensamento liberal ortodoxo, segundo o qual a RSE não cabe à empresa, já que aumenta seus custos e faz mal à economia de mercado.

Até mesmo na avaliação dos que acreditam no potencial reorganizador da RSE, (organismos internacionais, pesquisadores, Ongs), transparecem dúvidas, já que, após a análise de uma amostra dos códigos elaborados pelas empresas, concluem que os mesmos podem ter trazido melhorias sociais e ambientais, mas têm apresentado sérias dificuldades de aplicação. Há também os céticos, entre os quais são bastante difusas expressões que definem a RSE como uma "máscara" para cobrir práticas irresponsáveis, enquanto para outros seria uma estratégia política adotada pelas empresas para defender seus interesses junto aos gover-

nos, aos legisladores, às agências estatais e aos organismos internacionais.

Gallino compartilha a crítica que centra o foco no caráter voluntarista da RSE e que propõe que a mesma seja inserida nos quadros da legislação internacional. Para o autor, é necessária uma regulação global, uma legislação internacional dos países da EU e também da OECD, para que o "governo da empresa" possa se tornar responsável. Observa, porém, que as iniciativas nesse sentido, como por exemplo, o documento elaborado pela OECD sobre o tema ("Princípios do governo da empresa"), parecem ignorar as relações entre RSE e governo de empresas.

Sua posição, entretanto, não é inteiramente negativista. Se, por um lado, considera que grande parte do que é contemplado na RSE pouco tem a ver com práticas éticas (nos domínios web sobre *business ethics* podemos encontrar também indústrias de armas), por outro, reconhece que seria injusto subestimar o peso que o discurso da "ética nos negócios" poderia ter no sentido de renovar a regulação do capitalismo. Sobretudo, seria injusto para com os sujeitos (pesquisadores, ONGs, associações religiosas, empresas responsáveis e pessoas) que estão empenhados em dar conteúdos substantivos ao lema da RSE, porque a pressão ética, juntamente à jurídica e à política, tornam mais difícil a irresponsabilidade econômica, social e ambiental das empresas. De onde poderiam vir os antagonistas deste processo de crescente desregulação do capitalismo?

Para o autor, dificilmente poderá vir dos sindicatos ou dos partidos social-democráticos, visto que, desde os anos de 1980, os sindicatos vêm sofrendo um enfraquecimento considerável e os partidos social-democratas europeus se restringem à tentativa de conter os efeitos mais desastrosos "do capitalismo sem bússola, portador de um salto para trás nas relações sociais".

Seriam principalmente três, os atores coletivos com maior potencial de transformação, entre os quais dois seriam completamente novos. O primeiro é formado por aqueles que sofreram na pele a razão instrumental de uma economia despiedada, juntamente aos que lhes dão voz através de ONGs, sindicatos, movimentos sociais, organizações humanitárias, isto é, aquilo que comumente chama-se de sociedade civil. O segundo ator coletivo poderia resultar da formação de alianças econômicas e geopolíticas entre os 21 países que, na súmula de Cancun de 2003, se manifestaram contra as políticas agrícolas dos EUA e da União Européia (par-

ticularmente China, Índia e Brasil) e que reivindicam equidade nas relações industriais e comerciais. O terceiro ator coletivo é o conjunto dos partidos políticos (de esquerda) aos quais cabe transformar as instâncias, muitas vezes incoerentes, que emergem da sociedade civil em uma orgânica demanda política a ser submetida à comprovação eleitoral. Nesse sentido, as relações entre partidos e sociedade civil devem ser vistas não como contrastantes, e sim como complementares; seja porque os partidos não têm centenas de milhões de observadores competentes e milhões de operadores espalhados nos quatro cantos do mundo, enquanto a sociedade civil os tem; seja porque uma regulação global e democrática do capitalismo que vise integrar a responsabilidade econômica, social e ambiental do governo das empresas passa necessariamente pelos partidos, tanto no país, como no campo internacional.

Contrapor a sociedade civil aos partidos encerraria a sociedade civil na estéril dimensão da "anti-política" e ignoraria o fato de que muitas pessoas participam e militam em ambas as formações. De toda maneira, a regulação do capitalismo no nível global apresenta-se mais uma vez, como no passado, confrontada a duas alternativas. A primeira é a aceitação de que a vida social e coletiva esteja submetida ao mercado, reduzindo assim o ser humano a um elemento secundário da economia e à condição de "sobrante", eliminável do processo produtivo sem maiores prejuízos. A segunda alternativa é lutar para colocar a economia de mercado e a empresa (sem ignorar sua lógica e seus interesses, nem sua potencialidade para produzir bens e serviços), como parte de um projeto de sociedade realmente democrática, na qual a responsabilidade seja reconhecida como um dever e não como uma mera iniciativa discricionária. O ensaio de Gallino representa um forte incentivo para que esta segunda alternativa, hoje derrotada tanto na discussão pública como na agenda política, volte a encontrar o espaço que merece em ambos os campos.